

Relatório Anual 2018

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Progresso -
Sicredi Progresso PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP
Toledo - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



EY

Building a better
working world

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	31.321	33.868
Carteira de Crédito *	290.549	350.985
Depósitos	259.305	359.315
Patrimônio Líquido	122.951	107.897
Capital	49.184	61.583
Resultado Antes das Destinações	15.683	13.948
Rentabilidade do PL	12,76%	12,93%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP
CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017		
CIRCULANTE	451.249	343.034	CIRCULANTE	207.279	162.972		
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	6.864	6.605	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	84.355	60.041
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		186.177	121.268	Depósitos à Vista		72.318	51.175
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	8	Depósitos a Prazo		12.037	8.866
Tesouro Nacional–Recursos Crédito Rural		22	3	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		83.396	72.613
Correspondentes no país		478	282	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		30	4
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	185.677	120.975	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	83.366	72.609
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	227.081	193.369	RELACÕES INTERDEPENDÊNCIAS		915	853
Operações de Crédito		236.147	204.455	Recursos em Trânsito de Terceiros		915	853
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(9.066)	(11.086)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	5.223	4.495
OUTROS CRÉDITOS		22.640	16.164	Empréstimos País - Outras Instituições		5.223	4.495
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(NOTA 06)	548	320	OUTRAS OBRIGAÇÕES		33.390	24.970
Rendas a Receber		1.224	970	Cobrança e Arrecadação de Tributos		138	103
Diversos	(NOTA 06 e 07)	21.496	15.139	Sociais e Estatutárias		2.642	2.449
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida)	(NOTA 06)	(628)	(265)	Fiscais e Previdenciárias		900	774
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	8.487	5.628	Diversas	(NOTA 14)	29.710	21.644
Outros Valores e Bens		8.483	5.627				
(Provisão para desvalorização)		(31)	(6)				
Despesas Antecipadas		35	7				
NÃO CIRCULANTE	160.266	121.302	NÃO CIRCULANTE	296.339	207.085		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	2.041	1.728	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	274.960	196.640
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.041	1.728	Depósitos a Prazo		274.960	196.640
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	123.904	91.205	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	14.977	4.043
Operações de Crédito		133.054	98.160	Repasses Interfinanceiros		14.977	4.043
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(9.150)	(6.955)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 14)	6.402	6.402
OUTROS CRÉDITOS		639	1.012	Diversas		6.402	6.402
Diversos	(NOTA 06 e 07)	657	1.029				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida)	(NOTA 06)	(18)	(17)				
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	13.648	12.877	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		107.897	94.279
Outros Investimentos		13.648	12.877	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	61.583	55.264
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	15.879	11.227	De Domiciliados no País		65.941	57.026
Imóveis de Uso		-	12	(Capital a Realizar)		(4.358)	(1.762)
Outras Imobilizações de Uso		21.446	15.853	RESERVAS DE SOBRAS		43.579	36.416
(Depreciação acumulada)		(5.567)	(4.638)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		2.735	2.599
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	4.155	3.253				
Outros Ativos Intangíveis		7.923	6.192				
(Amortização acumulada)		(3.768)	(2.939)				
TOTAL DO ATIVO	611.515	464.336	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	611.515	464.336		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP
CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	34.871	-	34.871	68.230	2	68.232	61.120	-	61.120
Operações de Crédito	34.809	-	34.809	68.112	2	68.114	60.959	-	60.959
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	58	-	58	113	-	113	157	-	157
Resultado das Aplicações Compulsórias	4	-	4	5	-	5	4	-	4
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(12.901)	(28)	(12.929)	(27.797)	(48)	(27.845)	(31.791)	(542)	(32.333)
Operações de Captação no Mercado	(7.618)	(28)	(7.646)	(13.805)	(48)	(13.853)	(16.542)	(30)	(16.572)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.854)	-	(2.854)	(5.916)	-	(5.916)	(5.882)	(512)	(6.394)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.429)	-	(2.429)	(8.076)	-	(8.076)	(9.367)	-	(9.367)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	21.970	(28)	21.942	40.433	(46)	40.387	29.329	(542)	28.787
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(16.084)	1.925	(14.159)	(30.966)	3.547	(27.419)	(17.573)	2.959	(14.614)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.899	5.237	9.136	7.264	9.707	16.971	5.965	7.426	13.391
Rendas de Tarifas Bancárias	2.107	-	2.107	4.087	-	4.087	3.953	-	3.953
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(12.946)	(1.380)	(14.326)	(24.121)	(2.389)	(26.510)	(19.833)	(1.749)	(21.582)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(9.379)	(1.426)	(10.805)	(18.168)	(2.619)	(20.787)	(14.830)	(1.929)	(16.759)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(47)	(268)	(315)	(125)	(499)	(624)	(151)	(386)	(537)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	8.152	435	8.587	15.007	489	15.496	19.940	282	20.222
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(7.870)	(673)	(8.543)	(14.910)	(1.142)	(16.052)	(12.617)	(685)	(13.302)
RESULTADO OPERACIONAL	5.887	1.897	7.784	9.467	3.501	12.968	11.756	2.417	14.173
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	385	62	447	320	58	378	(12)	(1)	(13)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.272	1.959	8.231	9.787	3.559	13.346	11.744	2.416	14.160
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	440	440	-	602	602	-	51	51
Provisão para Imposto de Renda	-	257	257	-	369	369	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	183	183	-	233	233	-	-	-
Ativo Fiscal Diferido	-	-	-	-	-	-	-	51	51
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6.272	2.399	8.671	9.787	4.161	13.948	11.744	2.467	14.211
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.161	(4.161)	-	2.467	(2.467)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.272	2.399	8.671	13.948	-	13.948	14.211	-	14.211
DESTINAÇÕES	-	-	-	(11.213)	-	(11.213)	(11.612)	-	(11.612)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.659)	-	(3.659)	(4.728)	-	(4.728)
Fates - Estatutário	-	-	-	(391)	-	(391)	(371)	-	(371)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(4.689)	-	(4.689)	(4.456)	-	(4.456)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.840)	-	(1.840)	(2.057)	-	(2.057)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(634)	-	(634)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	2.735	-	2.735	2.599	-	2.599

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP

CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	47.065	29.903	2.077	79.045
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	2.062	-	(2.062)	-
Outras destinações	-	-	(15)	(15)
Capital de associados				
Aumento de capital	3.821	-	-	3.821
Baixas de capital	(2.245)	-	-	(2.245)
Resultado do período	-	-	14.211	14.211
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(371)	(371)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.456	(4.456)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.561	-	(4.728)	(167)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.057	(2.057)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	55.264	36.416	2.599	94.279
Mutações do Período	8.199	6.513	522	15.234
Saldos no início do período em 01/01/2018	55.264	36.416	2.599	94.279
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	1.288	-	(2.566)	(1.278)
Outras destinações	-	-	(33)	(33)
Capital de associados				
Aumento de capital	4.679	-	-	4.679
Baixas de capital	(3.208)	-	-	(3.208)
Resultado do período	-	-	13.948	13.948
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(391)	(391)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.689	(4.689)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.560	-	(3.659)	(99)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.840	(1.840)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	634	(634)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	61.583	43.579	2.735	107.897
Mutações do Período	6.319	7.163	136	13.618
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	57.633	36.416	5.277	99.326
Capital de associados				
Aumento de capital	2.338	-	-	2.338
Baixas de capital	(1.948)	-	-	(1.948)
Resultado do período	-	-	8.671	8.671
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(391)	(391)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.689	(4.689)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.560	-	(3.659)	(99)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.840	(1.840)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	634	(634)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	61.583	43.579	2.735	107.897
Mutações do Período	3.950	7.163	(2.542)	8.571

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP
CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	7.209	17.205	20.052
Resultado do semestre/exercício	8.671	13.948	14.211
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(1.462)	3.257	5.841
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(2.102)	174	2.940
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(5)	25	-
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(574)	365	(240)
Depreciação do imobilizado de uso	1.076	1.902	1.250
Amortização do intangível	441	829	769
Baixas do ativo permanente	270	371	48
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(72)	(31)	1.272
Destinações ao FATES	(391)	(391)	(371)
Dividendos SicrediPar	(105)	13	173
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	37.834	57.121	(35.386)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(257)	(313)	(58)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.333	8	(6)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	14	(18)	(3)
(Aumento) em relações com correspondentes	(85)	(197)	(29)
(Aumento) em operações de crédito	(59.359)	(66.586)	(76.663)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	31.534	21.717	15.380
(Aumento) em outros créditos	(4.414)	(6.482)	(1.031)
(Aumento) em outros valores e bens	(1.199)	(2.883)	(1.481)
Aumento em depósitos	58.637	102.634	24.408
Aumento em relações interdependências passivas	331	61	411
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	171	728	585
Absorção de dispêndios pelo FATES	(227)	(589)	(79)
Aumento em outras obrigações	9.355	9.041	3.180
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	45.043	74.326	(15.334)
Aquisição de Investimentos	-	(771)	(501)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.428)	(6.925)	(5.983)
Aplicações no Intangível	(605)	(1.730)	(937)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.033)	(9.426)	(7.421)
Integralização de capital	2.338	4.679	3.821
Baixa de capital	(1.948)	(3.208)	(2.245)
Juros ao capital próprio	(99)	(99)	(167)
Distribuição de Sobras	-	(1.311)	(15)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	291	61	1.394
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	41.301	64.961	(21.361)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	151.240	127.580	148.941
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	192.541	192.541	127.580

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 30/08/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	6.864	6.605
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	185.677	120.975
Total	192.541	127.580

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.041	1.728
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.041	1.728
Total não circulante	2.041	1.728

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	135.336	96.939	232.275	200.445	
Financiamentos	18.075	21.847	39.922	28.279	
Financiamentos rurais e agroindustriais	82.736	14.268	97.004	73.891	
Carteira total	236.147	133.054	369.201	302.615	

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	548	-	548	320	
Devedores por compra de valores e bens	339	655	994	1.439	
Títulos e créditos a receber (i)	15.455	2	15.457	10.111	
Total	16.342	657	16.999	11.870	

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	19	-	-	-
Nível A	0,50	120.150	96.933	601	485
Nível B	1,00	147.929	128.833	1.479	1.318
Nível C	3,00	79.020	50.418	2.370	1.513
Nível D	10,00	20.204	19.860	2.020	1.986
Nível E	30,00	5.252	4.142	1.576	1.243
Nível F	50,00	4.583	4.173	2.292	2.087
Nível G	70,00	1.731	1.450	1.212	1.015
Nível H	100,00	7.312	8.676	7.312	8.676
Total		386.200	314.485	18.862	18.323

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			2017	
		A vencer	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total da Carteira
Pessoas Físicas	2.652	32.585	46.746	59.430	141.413	109.286
Rural	213	10.485	72.038	14.268	97.004	73.891
Industrial	218	4.997	13.830	10.998	30.043	30.494
Comércio	389	20.828	20.880	28.450	70.547	61.232
Outros Serviços	397	10.491	15.740	20.565	47.193	39.582
Total	3.869	79.386	169.234	133.711	386.200	314.485

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	49.099	12,71	43.166	13,73
50 devedores seguintes	79.173	20,50	79.089	25,15
100 devedores seguintes	59.254	15,34	47.823	15,21
Demais	198.674	51,45	144.407	45,92
Total	386.200	100	314.485	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	18.323	15.623
Constituição de provisão	8.076	9.367
Movimentação de baixados para prejuízo	(7.537)	(6.667)
Saldo final	18.862	18.323

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.947 (2017 - R\$ 2.930), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 14.642 (2017 - R\$ 18.996).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	676	164
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	695	1.443
Devedores por compra de valores e bens	339	411
Devedores por depósitos em garantia	1.606	1.246
Impostos e contribuições a compensar	1.034	665
Títulos e créditos a receber	15.455	10.110
Cotas de consórcio	93	118
Devedores por convênios	-	3
Operações com cartões	489	37
Pendências a regularizar	610	318
Outros	499	624
Total Circulante	21.496	15.139
Devedores por compra de valores e bens	655	1.028
Títulos e créditos a receber	2	1
Total não circulante	657	1.029

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	8.482	5.604
Imóveis	8.062	5.551
Veículos e afins	414	47
Bens em regime especial	6	6
Material em estoque	1	23
Despesas antecipadas	35	7
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(31)	(6)
Total Circulante	8.487	5.628

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 31 (2017 - R\$ 6) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	7.204	6.433
Sicredi Participações S.A.	6.443	6.443
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	13.648	12.877

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	2.081.080 ON	2.081.080 ON	1	1	7.203.871	6.432.742
Percentual de participação	4.362.106 PN	4.362.106 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Capital social	880.597	874.847	164	164	227.306	191.882
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	228.806	193.372
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	6.443	6.443	1	1	7.204	6.433

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	Custo corrigido	2018		2017	
			Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido
Imobilizado de Uso	-	21.446	(5.567)	15.879	11.227	11.227
Imobilizações em curso	-	1.604	-	1.604	3.638	3.638
Edificações	4%	-	-	-	-	8
Instalações	10%	8.709	(1.736)	6.973	3.736	3.736
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.155	(1.466)	4.689	2.079	2.079
Sistema de comunicação	10%	141	(44)	97	74	74
Sistema de processamento de dados	20%	4.107	(1.969)	2.138	1.314	1.314
Sistema de segurança	10%	410	(138)	272	209	209
Sistema de transporte	20%	320	(214)	106	169	169
Intangível (i)		7.923	(3.768)	4.155	3.253	3.253
Investimentos Confederação		7.923	(3.768)	4.155	3.253	3.253
Total		29.369	(9.335)	20.034	14.480	14.480

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	72.318	-	-	72.318	51.175
Depósitos a prazo	6.694	5.343	274.960	286.997	205.506
Total	79.012	5.343	274.960	359.315	256.681

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSE INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	83.366	72.609
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	83.366	72.609
Total circulante	83.366	72.609
Recursos do Crédito Rural	14.977	4.043
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	14.977	4.043
Total não circulante	14.977	4.043

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/11/2028, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	5.223	4.495
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	5.223	4.495
Total circulante	5.223	4.495

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Cheques administrativos	853	751
Obrigações por convênios oficiais	9	12
Provisão para pagamentos a efetuar	5.217	4.354
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	1.451	1.482
Outras Contingências	-	1
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	3.319	2.997
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	301	383
Pendências a regularizar	67	77
Operações com cartões	15.606	9.931
Demais fornecedores	801	607
Credores diversos	2.086	1.049
Total circulante	29.710	21.644
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	6.402	6.402
Total não circulante	6.402	6.402

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	443	159	(191)	411
Cível	321	194	(193)	322
Tributária	718	-	-	718
Total	1.482	353	(384)	1.451

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	411	443
Cível	Provável	322	321
Tributária	Provável	718	718
Total		1.451	1.482

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 317, R\$ 339; R\$ 440 (2017 - R\$ 727, R\$ 216 e R\$ 477), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo de execução fiscal nº 5001030-85.2010.4.04.7016, versando sobre matéria tributária em que discute valores de dívida ativa de CPMF. O processo encontra-se suspenso até julgamento da Ação Anulatória 5000145-37.2011.4.04.7016 ajuizada pela cooperativa tramitando junto a 1ª Vara Federal de Toledo/PR, atingindo o valor de R\$ 718, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada provável. O processo está aguardando julgamento do Recurso Especial junto ao STJ desde setembro de 2016.

A Cooperativa, adicionalmente, também possui em andamento processos administrativos versando sobre matéria tributária em que discute a incidência de PER/DCOMP. Os processos encontram-se em manifestação de inconformidade tramitando junta a Receita Federal do Brasil e aguardando julgamento, atingindo o valor de R\$ 427, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	61.583	55.264
Total de associados	33.868	29.641

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 6.319 (2017 – R\$ 8.199), sendo R\$ 4.848 (2017 – R\$ 6.623) via integralização de resultados e R\$ 4.679 (2017 – R\$ 3.821), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.208 (2017 – R\$ 2.245).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,37% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.659, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2018 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 634 (R\$ 0 em dezembro de 2017), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais". Desse montante, o valor de R\$ 634 não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinado para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2018 conforme Regulamento do Fundo de Desenvolvimento (art.9, V, "c" e "d"), retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	13.346	14.160
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(5.605)	(5.947)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	56	37
Provisão PPR	-	33
Receita com atos cooperativos	4.111	4.932
Juros sobre capital próprio	1.537	1.986
Outros	503	(990)
Subtotal	6.207	5.998
IRPJ e CSLL registrados no resultado	602	51

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.041	1.728
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	185.677	120.975
Outros Créditos - Rendas a receber	1.013	721
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	642	1.748
Investimentos (Nota 09)	13.648	12.877
Intangível (Nota 10)	4.155	3.253
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	98.343	76.652
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	5.223	4.495
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	15.635	9.884
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	6.703	6.785
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	113	157
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	5.877	4.641
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	10.323	14.095
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	634	-
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	5.916	6.394
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.044	900
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	7.945	6.954

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	74	0,10%	44
Depósitos a prazo	1.122	0,39%	792
Operações de crédito	1.636	0,44%	1.680

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	2.455	2.223

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	519	413
Despesa de aluguéis	2.752	2.028
Despesa de comunicação	1.116	948
Despesa de manutenção e conservação	1.416	1.044
Despesa de material	307	259
Despesa processamento dados	428	312
Despesa de promoções e relações públicas	2.452	3.267
Despesa de propaganda e publicidade	603	346
Despesa de seguro	186	169
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.826	1.738
Despesa de serviços de terceiros	779	646
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.199	1.022
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.117	913
Despesa de serviços de transportes	758	600
Despesa de viagem	669	472
Despesa de depreciação	1.902	1.250
Outras despesas administrativas	2.758	1.332
Total	20.787	16.759

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	1.176	3.637
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	9.890	13.558
Reversão de provisões operacionais	3.195	1.814
Outras rendas operacionais	1.235	1.213
Total	15.496	20.222

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.440	908
Contribuições Cooperativistas	197	192
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	658	625
Contribuição Confederação Sicredi	5.395	4.367
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	765	566
Encargos da administração financeira	66	75
Repasso administradora de Cartões	257	422
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	829	769
Outras provisões operacionais	3.153	3.705
Outras despesas operacionais	3.292	1.673
Total	16.052	13.302

NOTA 23 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	169.692	144.496
Coobrigações em cessões de crédito	9	35
Total	169.701	144.531

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
 - Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
 - Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
 - Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
 - Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite a risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos”

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	107.762	96.094
Nível I (NI)	103.742	92.023
Capital principal - CP	103.742	92.023
Capital social	61.583	55.264
Reservas de capital	43.579	36.416
Lucros acumulados	2.735	2.599
Ajustes Prudenciais	(4.155)	(2.256)
Nível II (NII)	4.022	4.071
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	4.022	4.071
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	596.410	488.458
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	2.163	969
Margem de Capital (i)	42.978	43.837
Índice de Basileia (PR / RWA)	18,07%	19.67%
Situação de Imobilização (Imob)	15.880	12.225
Índice de Imobilização (Imob / PR)	14,74%	12.72%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Inácio Cattani
Diretor Executivo
CPF: 441.843.529-87

Cleiton Fernando Peres
Diretor de Operações
CPF: 055.374.409-70

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20